

## CORREIO ECONÔMICO

Divulgação blog Auddas



IPOs de empresas nacionais nos EUA serão graduais

## Morgan Stanley prevê retomada gradual de IPOs

De caráter gradual e realizadas no mercado dos EUA. Assim deverá ser o formato da retomada das primeiras operações de ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) das empresas brasileiras naquele país, provavelmente em 20235 – quebrando um ‘jejum’ de mais de três anos – na previsão do presidente do megabanco ianque Morgan Stanley no Brasil,

Alessandro Zema.

Sobre a natureza das ‘candidatas’ ao IPO, o executivo explica que “essas empresas estão preparadas, têm tamanho, são pouquíssimas e estão querendo fazer no exterior para acessar um ‘pool’ de capital maior”, em entrevista à agência de notícias Reuters. O último IPO realizado por uma empresa brasileira foi o do Nubank, em agosto de 2021.

## Mais propenso

Para Zema, “a realidade hoje é de que ocorram ‘deals’ de tamanhos maiores, e as empresas enxergam o mercado dos EUA mais propenso a suportar e precificar melhor essas ofertas, além de oferecer uma liquidez, ante um cenário de queda das taxas de juros locais.

## Indício

Indício positivo de um novo ciclo de ofertas – 46 operações em 2021 – foi o lançamento, essa semana, do IPO do Moove na Bolsa de Valores de Nova York – braço de lubrificantes da Cosan – que tem como acionista a firma europeia de private equity CVC Capital Partners.

Divulgação - Casa da Consultoria



Primeira tranche de tributação terá foco em grandes ‘múltis’

## MP passa a cobrar tributação mínima de 15% sobre ‘múltis’

Iniciativa inédita ao segmento, até então, preservado pelo Fisco, o Executivo publicou, nessa quinta-feira (3), MP (Medida Provisória) que estabelece tributação mínima de 15% sobre o lucro de multinacionais que atuam no país. O mecanismo de cobrança adicional da CSLL consiste em que a taxa mínima seja atingida, caso o valor devido em um ano fiscal fique aquém desse percentual.

nima seja atingida, caso o valor devido em um ano fiscal fique aquém desse percentual.

A MP – que atende à lei brasileira às Regras Globe pela OCDE e pelo G20 – prevê que a cobrança será aplicada a ‘múltis’ com receitas anuais superiores a 750 euros em dois anos fiscais imediatamente anteriores.

## Aprovação

Apesar de a MP passar a vigorar de imediato, sua continuidade requer aprovação do Congresso Nacional, pois as regras só passarão a ter validade plena, a partir de janeiro de 2025. Caberá à Receita Federal regulamentar a cobrança, mediante a conversão de moedas.

## Sem vantagem

Como justificativa, a OCDE entende que grandes multinacionais devem arcar com uma taxa mínima de 15% sobre seus lucros em todas as jurisdições onde operam, o que evita que estas remetam recursos para outros países, onde já dispõem de vantagens tributárias.

## IVAR

Após o salto de 1,93% exibido em agosto, os aluguéis residenciais tiveram alta mais moderada, de 0,33%, em setembro, revelam dados do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

## São Paulo

Entre as quatro capitais pesquisadas pelo IVAR, o destaque coube ao recuo de São Paulo, de uma forte alta (2,42%), em agosto, a um recuo de 0,49% em setembro. Mais amena foi a retração do Rio de Janeiro, que baixou de 1,07% para 0,56%, em igual comparativo mensal.

## Orçamento das capitais totaliza R\$ 324 bilhões

Além do voto em si, o cidadão deve fiscalizar uso do dinheiro público

Por Marcello Sigwalt

De modo geral, relegado a segundo plano nas discussões políticas que precedem o pleito, como o desse domingo (6), o orçamento público a ser ‘abocanhado’ pelos administradores municipais (eleitos ou reeleitos), sob supervisão dos respectivos vereadores, é tema de primeira grandeza a ser considerado (e cobrado) pelo cidadão. Basta saber que as 26 capitais brasileiras sujeitas ao crivo eleitoral respondem hoje por um montante orçamentário astronômico de R\$ 324 bilhões,

A cifra portentosa integra levantamento elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que permite observar o grau de concentração de recursos públicos em determinadas regiões, uma vez que, somente a capi-



eleições Divulgação site Fly

Orçamento gigante de capitais não possui fiscalização cidadã

tal paulista deverá deter R\$ 112 bilhões (quase um terço) do total mencionado.

Nesse ranking, depois do Rio de Janeiro, com R\$ 46 bilhões, aparece Brasília, Capital federal, com um orçamento de R\$ 32 bilhões, seguido

por Belo Horizonte, com R\$ 20 bilhões e Fortaleza, com R\$ 13 bilhões.

Apesar de impressionante, tal montanha de dinheiro, sempre é bom lembrar, não está à mercê dos prefeitos eleitos, pois o orçamento mu-

nicipal, como o das demais esferas (estadual e federal) está sujeito ao crivo das câmaras municipais. Isso sem contar com o fato de que tais verbas já viriam ‘carimbadas’ por despesas obrigatórias – como aquelas relativas ao pessoal – o que, naturalmente restringiria seu uso pelas Prefeituras.

## Polo oposto

Em polo diametralmente oposto, aqueles municípios situados em cidades brasileiras na fronteira do país com os vizinhos Paraguai, Venezuela, Bolívia ou Argentina, padecem de desafios sociais e econômicos crônicos, que vão, desde uma evasão escolar acima da média nacional, até a presença de poderosas organizações do crime organizado, quando não tem sua economia baseada no contrabando.

## Recuperação de fronteiras é um desafio

Em consulta a especialistas sobre o tema, a Agência Brasil descobriu que, nestas regiões distantes dos grandes centros urbanos, há falta de projetos para o desenvolvimento econômico local, que acaba se tornando um fator que emperra um combate mais efetivo, tanto ao contrabando, quanto ao crime organizado.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Econô-

mico e Social de Fronteiras (Idesf), Luciano Stremel Barros, atribui o atraso econômico de regiões fronteiriças ao fato de estas terem sido as últimas a receberem investimentos. “Você tem problemas de infraestrutura e de falta de atividades que sejam bastante significativas. Com isso, esses municípios acabam tendo dificuldade de fixar uma mola propulsora do desenvolvimento”, avalia.

Como forma de compensar o ‘esquecimento’ dos municípios fronteiriços, Barros entende que as gestões municipais podem, em parceria com os governos federal e estadual, potencializar o turismo nas fronteiras, que vão desde os Pampas gaúchos, passando pelo Pantanal, até a Amazônia.

“Há um grande potencial turístico nessas áreas que pode ser mais explora-

do, como o turismo de pesca. Esses biomas não estão só no Brasil, eles perpassam pelos outros países”, destaca Barros.

Levando em conta a triste realidade de que o país se tornou ‘rota do tráfico internacional da cocaína e da maconha’ da Bolívia, Peru, Colômbia e Paraguai, o crime organizado se fixa nos municípios de fronteira, a ponto de se infiltrar nas estruturas estatais locais. (M.S.)

Divulgação - Rádio Tropical



Sem gestão de resíduos, não há economia sustentável

## Projetos costumam ‘ignorar’ a gestão de resíduos sólidos

Por Marcello Sigwalt

Igualmente esquecido (e, por vezes, sequer citado) nos projetos de campanha para o pleito municipal realizado nesse domingo (6), a questão da gestão de resíduos é um desafio ainda não assumido, de fato, pelos gestores, cuja concretização permanece sem qualquer previsão.

Prova disso é que, segundo o Sistema Nacional de Informações em Saneamento do Ministério das Cidades, no ano passado, 40% dos resíduos e 15% dos rejeitos produzidos no país não foram reaproveitados ou reciclados, situação que demanda gestão urgente, o que ‘joga pressão’ sobre os 5.569 prefeitos e seus respectivos mandatos, nos próximos quatro anos.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gesmar Santos, os eleitores devem observar com atenção a forma com que

o município trata a questão do saneamento e se esta questão vital de sustentabilidade econômica tem relevância entre as propostas apresentadas pelos candidatos.

Segundo Santos, “o candidato a prefeito tem que lembrar que ele tem mecanismo de busca de recursos para aprimorar a gestão e tem obrigações como a de gerenciar os resíduos sólidos, de fazer a coleta seletiva, fazer a inclusão de catadores e buscar financiamento para os projetos”.

Mesmo que o serviço de limpeza urbana cobre 93% da população brasileira, o destino final dos resíduos permanece uma dívida social altíssima. Pelos cálculos, do presidente da Abrema, Pedro Maranhão, “ainda existem aproximadamente 3 mil lixões no Brasil. É a estimativa que temos entre aterro inadequado, depósito a céu aberto, valas e tudo mais o que consideramos lixões”.

GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIROSECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO - AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/24.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos (CLONAZEPAM 2,5 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL, CODEÍNA 30 MG, LOPERAMIDA CLORIDRATO 2 MG E IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG), para atender à Coordenação de Medicamentos, nas quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/021839/2023

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2024, às 09h00

ETAPA DE LANCES: 22/10/2024, às 09h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/24.

OBJETO: Aquisição de 20 (vinte) macacões de voo, que enquadram-se como equipamento de proteção individual (EPI), confeccionados com tecido especial antichama, e destinam-se ao uso do pilotos, copilotos e apoio terrestre da Superintendência de Operações Aéreas da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/008390/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2024, às 11h00

ETAPA DE LANCES: 22/10/2024, às 11h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/24.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção e atendimento de urgência, com cobertura total de peças, acessórios e componentes dos elevadores Hyundai, instalados na sede da Secretaria Estadual de Saúde (SES), situados na Rua Barão de Itapagipe, 225 - Rio Comprido - RJ, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/000597/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/10/2024, às 11h00

ETAPA DE LANCES: 24/10/2024, às 11h00

Para realização de visita técnica, o licitante deverá cumprir as regras estabelecidas no ITEM 7.1.6 do Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/24.

OBJETO: Aquisição de ativos de rede (SWITCHES LAN E GERÊNCIA), com instalações de módulos, acessórios, suporte técnico on-site e garantia estendida de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, para renovação dos equipamentos de rede da SES-RJ, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/007010/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2024, às 09h00

ETAPA DE LANCES: 22/10/2024, às 09h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/24.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (TOPIRAMATO 25 MG, TOPIRAMATO 50 MG E TOPIRAMATO 100 MG), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/017373/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2024, às 10h00

ETAPA DE LANCES: 22/10/2024, às 10h00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/24.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (PEMBROLIZUMABE 100 MG/4ML), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

PROCESSO Nº SEI-080001/014219/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2024, às 10h00

ETAPA DE LANCES: 22/10/2024, às 10h00

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20261-901, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 16h00, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).